

SOUZA, Luisandro Mendes de. **Como uma língua funciona?:** fundamentos (muito básicos) de linguística. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras / Abralin, 2021. 167 p.

Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v19i2.3419>

Como uma língua funciona? é indagação que dá título a uma das obras componentes da coleção *O que pode esta língua?*, preocupada em divulgar a Linguística brasileira. Subintitulada “fundamentos (muito básicos) de linguística”, assim com esses parênteses que realçam a modéstia, a obra foi publicada, em 2021, pela Mercado de Letras em parceria com a Abralin (Associação Brasileira de Linguística), que coordena a coleção. Assina o catarinense Luisandro Mendes de Souza, professor da Universidade Federal do Paraná.

Talvez a primeira característica textual que recorre ao espírito do leitor desses “fundamentos (muito básicos) de linguística” seja a coloquialidade que ali perpassa, coerentemente o tempo todo. Decerto isso está em conexão com a proposta de *divulgação* daquilo que se considera “ciência linguística”, numa espécie de sabotagem, marota e simpática, do tom sisudo que é (como diz o autor, p. 7) “parte do estilo de língua” próprio do âmbito universitário-científico: sabotar a sisudez e assumir um tom de conversa (quase íntima) é expediente que afaga o possível leitor temeroso da associação useira e vezeira entre “ciência” e dificuldade, daí “ciência” e linguagem difícil, e assim convida esse leitor a conversar sem medo e quiçá com o prazer da conversa de igual pra igual. É claro que se trata de uma simulação, mas é uma simulação benfazeja, embora inclua algumas tantas escolhas anormativas, que não precisariam compor o tom coloquial.

É bem verdade que o estilo distensionado do autor às vezes parece traí-lo em determinadas imprecisões, mesmo quanto a ideias que serão relativizadas ou negadas. Quando, por exemplo, se reporta certa visão tradicional segundo a qual “o latim e o grego eram as mais belas línguas já faladas e escritas (...) e (...) as línguas europeias delas

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; alonso.junior@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6358-219X>;

[sic] derivadas (inglês e o alemão também, claro) eram o ápice da beleza” (SOUZA, 2021, p. 22), entende-se, até aí – e já com dúvida –, que as línguas neolatinas teriam sido vistas como ainda mais belas do que o latim, mas depois se afirma que “Toda a [sic] mudança era vista como deterioração. Afinal, as mudanças fizeram com que o latim se tornasse outras línguas” (*idem, ibidem*), e isso nega o entendimento anterior quanto ao que teria sido aquela visão tradicional, importante para a História das ideias.

Estamos – após a INTRODUÇÃO (p. 7-8) – no primeiro capítulo, justamente intitulado UMA RÁPIDA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA (p. 9-22), subdividido em *Os latinos* (p. 14-5), *Os portugueses* (p. 16-7), *Os séculos XVIII e XIX* (p. 18-22). Aquele título é o que consta no corpo da obra, em divergência com o que está no SUMÁRIO, em que se lê “UMA RÁPIDA HISTÓRIA DA GRAMÁTICA”, divergência entre as palavras *Linguística* e *Gramática*. Não digo que haja divergência entre os **vocábulos** *Linguística* e *Gramática* porque não penso que seja uma divergência fortuita. Ao contrário, essas **palavras**, postas assim em relação de alternância, revelam não um equívoco de revisão, mas uma dúvida produtiva: quando se pretende pré-datar a chancela da Linguística como ciência, e para isso se recua a momentos muito anteriores ao século XX como a dizer que a publicação do *Cours* de Saussure não foi o começo do começo, então se vai ao que teria sido o estudo dos γράμματα (“letras”), vai-se ao que se pode entender como o nascedouro da *grammatica*, algo mais restrito do que aquilo que veio a ser o estudo abrangente da *língua* na inclusão de aspectos textuais e discursivos como entendemos hoje, ou seja, vai-se àquilo que compôs o que, com alguma propriedade, bem depois é que veio a ser chamado *Linguística*; vai-se à *Gramática*. Parece, contudo, que nosso autor equacionou a dúvida optando pelo mais amplo, *Linguística* (segundo o que consta no corpo da obra), mas restou ali no SUMÁRIO, como vestígio da *questão*, o que talvez tenha sido a primeira ideia, aquela ideia nuclear, certa ideia de “gramática” que, seja qual for, é o que – a todos nós – de imediato nos vem à mente quando pensamos em linguagem, aquelas *parabolaes* que são as *palavras* e suas relações.

À frente se rende clara homenagem ao século XX. O segundo e o terceiro capítulos são irmãos, intitulados

O SÉCULO XX (PARTE I) (p. 23-32)

e

O SÉCULO XX (PARTE II) (p. 33-47),

com a especificação de cada parte entre parênteses, a indicar que se trata mesmo de século a exigir atenção redobrada. É no século XX que se teria conferido um estatuto *propriamente científico* à Linguística – “O primeiro pesquisador a dar de fato um estatuto

de ciência para o estudo da linguagem foi Ferdinand de Saussure (...)” (*idem*, p. 26) –, e a esse estatuto se associa a formulação de teorias, uma vez que, segundo nosso autor (*idem*, p. 25), “(...) é a *teoria* que nos permite ver os problemas interessantes (...)”, aforismo que revela uma *opinião*, também ela interessante, mas não coibidora de opinião diversa: talvez não seja a teoria o que nos permite ver os problemas interessantes, porque alguém desaparelhado de teoria não está impedido de enxergar o que os outros normalmente não enxergam, então não está impedido de formular *questões*; o que nos permite e instiga o olhar é exatamente o olhar, é a inquietude que nos pode pôr a especular. A função da teoria é uma função *especular* (agora uso como adjetivo): a teoria espelha e reflete com a aparelhagem da sistematização aquilo que já pensamos e indagamos com a liberdade do espírito.

Esses dois capítulos centram-se em seis autores do século XX considerados seminais (embora se tenham anunciado quatro – “Escolhi estes quatro nomes porque acredito que eles são as grandes mentes que mudaram o panorama dos estudos da linguagem no séc. XX. (...)” (*idem*, p. 26)): **Saussure**, o grande formulador das ideias linguísticas na primeira metade do século; **Chomsky**, o grande formulador das ideias na segunda metade; **Bakhtin**, que responde a Saussure; **Labov**, que responde a Chomsky; **Sapir** e **Bloomfield**, que, como dialogadores próximos, dialogam com o antropólogo Franz Boas.

Discriminam-se aí as ditas *dicotomias* de Saussure, “pares de conceitos que, ao mesmo tempo em [*sic*] que se opõem, se complementam” (*idem*, p. 27):

língua (também se diz *sistema*)

e

fala;

diacronia

e

sincronia;

significante ou *imagem sonora* (também se diz *imagem acústica*)

e

significado ou *conceito*.

Para essa última dicotomia se oferece exemplo disciplinado por Perini (2013 [2004]), a quem Souza entretanto não dá os devidos créditos *ad hoc*, embora cite e recomende a obra em lista constante no penúltimo capítulo, denominado PALAVRAS FINAIS (p. 161-2). Trata-se do vocábulo português

dedo,

que, em sua plenitude de *palavra*, *significa* o que entendemos como “dedo”, qualquer “dedo”, “dedo da mão”, “dedo do pé”, ou seja, ao *significante* que se grafa *dedo* atribuímos o *significado* geral “dedo”, porque *nós* entendemos como “dedo” qualquer “dedo”, *nós conceituamos* como “dedos” todos aqueles vinte elementos que o corpo humano normalmente apresenta, assim todos eles compondo o *conceito* “dedo”, e é por isso que nós, em nossa língua, os *designamos* todos *dedos* (veja-se aí, na palavra *de-signar*, a palavra *sign-o*; “signo” é aquilo que Saussure bidimensiona em *significante*, “o que significa”, e *significado*, “o que é significado” – a par da palavra *designar*, a herança latina nos rendeu a palavra *desenhar*, segundo a mesma *parabola* por meio da qual *de*-rivamos *signos*, *desenhando* coisas do mundo por intermédio de formas visuais, *designando* coisas desse mesmo mundo mediante formas verbais). Ocorre que o Inglês, a língua na qual todos nos sentimos no dever de ser proficientes (pra falar com o mundo sobre aquelas coisas do mundo) e da qual a academia parece não escapar, é a língua que serviu aqui de contraponto aos nossos dedos: naquela língua os dedos não são todos “dedos”, assim com a isonomia dos dedos lusófonos; os dedos anglófonos ou são *fingers* ou são *toes*, e é dessa divergência designativa que Souza (2021) tira bom partido, na esteira de Perini (2013 [2004]). Ambos estão falando de atribuição de significado como índice de visão de mundo. Assim se inicia aí a fala de Souza:

(...) as palavras não são meras etiquetas que sobrepomos à realidade, elas são uma forma de compreender e organizar essa realidade. É nesse sentido que diferentes línguas são diferentes formas de falar sobre o mundo, de descrevê-lo. Em português falamos dos *dedos* da mão ou do pé, em inglês tenho que falar de *fingers* ou *toes*. (...) (SOUZA, 2021, p. 29).

Assim é a fala de Perini:

(...) temos em português a palavra *dedo*, que nos parece muito concreta; diríamos que é simplesmente o nome que damos em nossa língua a um objeto que nos é dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras para “dedo”: *finger* e *toe*, que não são a mesma coisa. Um *finger* é um dedo da mão, e um *toe* é um dedo do pé; para nós, são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes.

O que temos aqui (...) é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra portuguesa *dedo* não é simplesmente a designação de uma coisa – porque, **antes de designar**

essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. (...)

(...)

(...) Falar uma língua é ver o mundo de certa maneira (...) falar três línguas é, até certo ponto, ter a capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes. (...)

(PERINI, 2013 [2004], p. 42-52; o negrito e as sublinhas são meus),

mas Souza conclui assim:

(...) Não é como se os falantes de inglês fossem capazes de perceber uma diferença que nos é indiferente. Apenas acontece de o inglês ter duas palavras para o que nós, falantes de português, categorizamos linguisticamente como *dedo*. (SOUZA, 2021, p. 29-30).

Ora, não se trata mesmo de uma *capacidade de perceber* atribuível a determinado grupo de falantes, mas o fato de “o inglês ter duas palavras para o que nós, falantes de português, categorizamos linguisticamente como *dedo*” indica que o inglês realiza duas categorizações, a categorização específica “dedo da mão” e a categorização específica “dedo do pé”, e por isso, nos dizeres de Perini, “precisou de duas palavras”, por isso criou *para dois significados dois significantes*, justamente porque, ora nos dizeres de Souza, “as palavras não são meras etiquetas que sobrepomos à realidade, elas são uma forma de compreender e organizar essa realidade”. Trata-se de um problema de categorização, a respeito do qual Souza é plenamente consciente, apesar do reducionismo de sua expressão final “Apenas acontece de o inglês ter duas palavras”: o inglês tem duas palavras “porque, antes de designar (...) a coisa, a (...) língua a definiu de certa maneira” (PERINI, *supra*), ou seja, a língua a *categorizou* de certa maneira; é da *categorização* que advém a *designação*, em relação produtiva entre aquilo que entendemos das coisas do mundo e o modo como as *designamos*, o modo como as *significamos*, no limite em relação produtiva entre aquilo que entendemos das coisas do mundo e o modo como as *representamos*; uma vez *concebidas*, uma vez *cap-t-adas* por nós, *re-(a)pre-sent-amos* ao mundo as coisas que fenomenicamente pertencem a ele e cuja *representação* nós imaginamos.

No capítulo quarto, intitulado O QUE É UMA LÍNGUA? (p. 49-66), o autor procura definir seu objeto, pondo-o em contraste com elementos paralinguísticos, mas talvez seja traído pelo título do subitem *Línguas como sistemas cognitivos* (p. 61-6), porque não se encontra aí o viés teórico *cognitivist* que a formulação do título faz esperar. Esse subitem é precedido por outro, *Línguas e dialetos* (p. 54-61), em que se toca na definição, bastante problemática, do que seja um dialeto, a distinguir-se do que seja uma língua.

É, no entanto, com maestria que se tece o capítulo seguinte. Ora estamos no capítulo quinto, de título homônimo relativamente ao título geral da obra, COMO UMA LÍNGUA FUNCIONA? (p. 67-76). Aí, para responder à indagação, parece de fato necessário trazer certas definições, não definições por elas mesmas, mas definições para dar alguma dimensão da natureza dos elementos entendidos como fundamentais na língua, porque capazes de fazê-la ser o que é.

Um desses elementos é a *palavra*, e, como sua definição nos escapa – eu “defino” evocando-lhe a imagem etimológica, *parabola*, procurando iluminar-lhe a natureza representativa, para mim propriamente imagética –, e como aquele escape é uma espécie de consenso, nosso autor não se aventura a definir a não ser assim: “(...) palavras são unidades da língua que podem responder sozinhas a uma pergunta (...)” (SOUZA, 2021, p. 73), a que eu acrescentaria que, se podem responder sozinhas a uma pergunta, então são unidades de sentido em face dos sentidos que o mundo evoca – funcionando-lhe como *parabola* –, mas, em vez disso ou de qualquer arrojado filosófico, é por meio de testes formais que Souza *demonstra* com didatismo de mestre o que uma palavra possa ser.

De fato, nessa maestria não há preocupação com o nível de pormenorização quiçá característico dos manuais fundamentalmente técnicos. Veja-se, por exemplo, a grafiação “*menino > menina*” (*idem*, p. 74), que indica a não consensual *derivação*, em vez de *flexão*, sem que se tematize o problema, mas não se trata de indicação equivocada nem necessariamente descuidosa, porque aí não há consenso, e mesmo os consensos não costumam ser inequívocos, não sendo de fato inequívoca a distinção entre aqueles processos morfológicos. O que há de simplificação no trabalho de Souza é acorde com o propósito da obra e corresponde não a erro, mas a certa agilidade didática.

Outro daqueles elementos tidos como fundamentais, que fazem a língua ser língua, é a *oração*:

(...) [os gregos] estabeleceram duas unidades básicas de análise da linguagem: a palavra e a oração (...) (*idem*, p. 68);

(...) Hoje dizemos que a unidade maior é o *texto*, mas para os gregos era a *oração* (...) unidades do pensamento (...)

A oração pode ser dividida em duas partes. Temos uma parte que descreve uma situação no mundo, uma ação ou um acontecimento, *jogavam futebol na pracinha* [na oração *os meninos felizes jogavam futebol na pracinha*], enquanto outra designa uma entidade (essa entidade é um conjunto, se preferir) envolvida

nessa situação, *os meninos felizes* [na mesma oração *os meninos felizes jogavam futebol na pracinha*]. As gramáticas tentaram definir oração como a união entre essas duas partes, o *sujeito* e o *predicado* (a sua estrutura) e [sic] expressando um pensamento completo (o seu significado). (...) digamos, [sic] que uma oração é uma sequência linguística que expressa um pensamento completo que pode ser associado a um retrato do mundo (...) (*idem*, p. 69-70),

“sequência linguística” organizada em *sintagmas*:

As partes da oração podem ser também subdivididas. Esse é o trabalho que na escola se chama de *análise sintática*. Por muito tempo se acreditou que as orações eram sequências lineares de palavras. Uma das descobertas do século XX é que não são exatamente as palavras que constituem as orações, mas entre a palavra e a oração existe um nível intermediário (...) (*idem*, p. 70) (...) unidades que não podem ser desmembrados [sic] ou separados [sic] para efeitos de substituição pronominal (...) (*idem*, p. 71),

trabalho textual descritivo, bem mais do que filosófico, entretanto suficiente para nosso autor mostrar *como uma língua funciona*.

Entre a definição de *oração* e a de *sintagma*, há escorregadia menção a *frase*:

(...) uma oração é uma sequência linguística que expressa um pensamento completo que pode ser associado a um retrato do mundo. Você não precisa ver os meninos nem a pracinha para saber o que a frase significa, você é capaz de imaginar que tipo de situação no mundo a frase pinta, por assim dizer. (*idem*, p. 69-70),

sem que se tematize nenhuma distinção ora entre *oração* e *frase*, mas sugerindo-se o viés discursivo que se atribui a essa última, segundo o “tipo de situação no mundo” que “a frase pinta”, em associação com “um retrato do mundo”, e logo se retomando o foco *stricto sensu* sintático.

O didatismo do capítulo se encerra com pequeno esquema (*idem*, p. 76), visualmente excelente, em que se *segmenta* a oração analisada, não no nível propriamente oracional, mas nos níveis frequentemente ditos *inferiores*, o nível sintagmático — aí se segmenta o que fora tratado como sintagma verbal, *jogavam futebol*, em sintagma verbal *jogavam* e sintagma nominal *futebol* (veja-se abaixo) —, o nível vocabular, o morfemático e o fonêmico — indexado como nível dos “sons” (veja-se abaixo) —:

- | *Como uma língua funciona? (resenha)*

Oração os meninos felizes jogavam futebol na pracinha

Sintagmas os meninos felizes | jogavam | futebol | na pracinha

Palavras os | meninos | felizes | jogavam | futebol | n | a | pracinha

Morfemas o | s | menin | o | s | feliz | es | jog | a | va | m | futebol | n | a | prac | inha

[sic: inh | a]

Sons o|sm|e|n|i|n|o|s|f|e|l|i|z|e|s|j|o|g|a|v|a|m|f|u|t|e|b|o|l|n|a|p|r|a|c|i|n|h|a,

discriminando-se “(...) as três principais áreas ou disciplinas da Linguística, respectivamente: a Fonética e a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe (...)” (*idem, ibidem*), áreas que aqui serão, também respectivamente, recobertas pelo capítulo sétimo, denominado OS SONS (p. 95-109) e subdividido justamente em *Fonética* (p. 96-106) e *Fonologia* (p. 106-9), pelo capítulo oitavo, chamado AS PALAVRAS (p. 111-26), e então pelo capítulo nono, AS ORAÇÕES E OS SINTAGMAS (p. 127-43).

O capítulo sexto é dedicado a importante ingresso metodológico a respeito do trabalho do linguista. ONDE O LINGUISTA BUSCA DADOS? (p. 77-94) é indagação que intitula o capítulo e a que se responde ora se discriminando vários métodos de realização desse trabalho, tendo-se como guia exatamente a busca dos dados sobre os quais o linguista se debruça para entender *como uma língua funciona*. Aí não se perde a boa oportunidade de mencionar salientes projetos de pesquisa nacionais, como o Projeto NURC, preocupado com a *Norma Urbana Culta* da língua oralmente praticada no Brasil.

A boa oportunidade que se perde nesse capítulo, do ponto de vista de uma apreciação muito particular que reconheço interpor aí, está no momento em que, acerca da validade da formulação

“(1) Menino jogou futebol.” (*idem*, p. 83),

Souza afirma tratar-se de “um fenômeno curioso e bastante discutido nos últimos 20 anos” (*idem*, p. 84), mas não verdadeiramente se detém em nenhuma sorte de interpretação, para além da consideração da intuição do especialista e do falante – a submeter-se a testes – e das verificações descritivas:

(...) Em línguas como o inglês e o francês (sabemos disso porque os falantes nativos dessas línguas nos disseram), eu nunca posso usar um substantivo equivalente a *menino* numa oração como essa, no passado, e como sujeito:

(2a) *Boy played soccer.

(2b) *Garçon a joué au football.

Sem fazer julgamentos de valor, estamos preocupados com o que existe e com o que não existe. (...) Veja que (...) [(1)] não significa o mesmo que (3a) e parece significar algo parecido com (3b), mas não é *exatamente* a mesma coisa.

(3a) O menino jogou futebol.

(3b) Os meninos jogaram futebol.

Além disso, veja que usamos substantivos assim, sem nenhum tipo de modificador no entorno dele [*sic*] na posição de objeto, e isso é comum nas línguas. Em *jogou futebol*, o objeto é simplesmente o substantivo *futebol*. O problema parece ser mesmo a posição de sujeito. E também parece ter algo a ver com o verbo e o tempo, já que ninguém acha estranho *leite faz bem pra saúde*, que está no presente, ou *meninas também gostam de videogame*, em que o substantivo meninas [*sic: meninas*] está no plural. (*idem, ibidem*).

Nosso autor não está equivocado; está alinhado com a maneira como os linguistas costumam pensar e assim trabalhar, afastando-se, na maioria das orientações teóricas, de qualquer especulação que soe metafísica. Não se trata mesmo de “fazer julgamentos de valor” (*supra*), mas o estranhamento da formulação “(1)” e de suas equivalentes “(2a)” e “(2b)” é fato que convida a uma especulação que ultrapasse a intuição e as verificações descritivas. Sem pretender assumir nenhum *método* que os linguistas assumem, proponho o seguinte *caminho*: a restrição apontada por Aristóteles segundo a qual, na predicação – excluída a dêixis –, nenhuma entidade particular possa atuar como predicativo, devendo este ser um universal², faz pensar na conveniência de que o sujeito seja um particular, que, contido num universal, acolhe a predicação; essa conveniência talvez diga mais do que parece dizer, porque diz sobre a possível natureza da categoria que se *sujeita* a ser predicada, um *sujeito* que se entrega mais naturalmente à predicação se estiver mais identificado, por exemplo por um *mod*-ificador, que o *mod*-aliza. Isso se adensa se a expressão do comportamento trazido pela oração o situar no passado, porque o passado é mais localizado relativamente ao presente atemporal de formulações como *leite faz bem pra saúde* e *meninas também gostam de videogame* (*supra*), verdades gerais

² Veja-se *Metafísica*, Livro sétimo, Z, sobretudo 1038b ss. (ARISTÓTELES, 2001 [século IV a.C.]): “(...) é impossível que alguma substância seja constituída por universais (porque o universal indica só de que espécie é uma coisa e não indica algo determinado) (...)” (*idem*, p. 349).

que se coadunam com a inespecificidade do sujeito de cada oração e com a ausência de localização temporal. Não é simplesmente “a posição de sujeito” (*supra*) – dicção comum entre os linguistas; veja-se que, relativamente à formulação “O menino quebrou o vaso com a bola” (*idem*, p. 138), não é “curioso” (*idem*, p. 139) “que esse verbo me permite construir estruturas em que o instrumento aparece na *posição de sujeito*, como em (...) [“A bola quebrou o vaso” (*idem*, p. 138)]” (*idem*, p. 139; o itálico é meu): não é o verbo o que permite o fenômeno linguístico, mas é a própria ontologia do fenômeno mundano, que relaciono com *lugares do mundo*, porque o instrumento é concebido como *lugar por onde* passa o comportamento, e é esse “passar por” o que permite que se conceba o instrumento também como *lugar de origem* desse comportamento, *lugar de onde* o comportamento emana, *lugar do sujeito* –, não é a distribuição posicional o que gera aquele estranhamento, mas é a possível *natureza* da categoria aí implicada, se não se implica em verdades gerais: diferentemente do *objeto* (ora em situação transitiva), que expressa a busca do comportamento que, como busca, se abre para o inesperado e o acolhe, o *sujeito* em alguma medida já está *tematizado*, o que o empenha quanto à própria determinação. Em

menino jogou futebol,

o que há é incongruência entre a ausência de *mod*-alização do sujeito, que seria dada por um *mod*-ificador, e a presença aorística do pretérito, na medida em que a determinação temporal do verbo reclama a modalização determinativa do sujeito; a determinação do verbo, ao localizar temporalmente o comportamento, especifica esse comportamento, que, entretanto, está aplicado a uma entidade inespecífica, gerando-se a sensação de que se pretenda falar de uma inespecificidade que se tenha comportado especificamente. A sensação se desfaz quando se especifica a entidade,

o menino jogou futebol,

ou quando se inespecifica a localização temporal do comportamento,

menino joga futebol,

ou seja, o que desfaz aquele estranhamento é a fixação de congruência entre as partes, uma congruência de ordem rigorosamente discursiva, que não está em rigorosa função com a sintaxe, mas está para as *determinações discursivas*. É discursivo o acionamento modalizador de um determinante, como o *artigo* – se *definido*, é sintomaticamente advindo do pronome *demonstrativo* latino, de acionamento cabalmente discursivo –, e é igualmente discursiva a determinação da localização temporal expressa pelo verbo, também sintomaticamente mais paradigmática do que sintagmática. Em rigor, o que há de

sintático aí não são fatores isolados como “posição de sujeito” e ausência de modificador, ao lado deste ou daquele tempo verbal, mas é a *natureza* dos papéis desempenhados, ao lado das determinações discursivas a eles impressas. Esse modo de reflexão, que proponho aqui, talvez não coubesse, entretanto, nos “fundamentos (muito básicos)” trazidos por Souza, de escopo introdutório, a requerer uma didática instigante que atraia o olhar de quem possa interessar-se pela área.

Também de notável didatismo são os capítulos aqui subsequentes, cuja menção prenciei acima, os capítulos sétimo, oitavo e nono.

Ao início do oitavo, todavia, se verificam algumas impropriedades técnicas, como tomar *vocabulário* por “lêxico” (*idem*, p. 111) ou dizer que um nome substantivo *esteja em* determinado gênero (*idem*, p. 113), e se afirma certa meia verdade da historiografia filosófica, segundo a qual,

(...) No diálogo *Crátilo*, Sócrates defende uma posição que [*sic*] a maioria dos linguistas assina embaixo até hoje: as palavras são convenções e não existe uma ligação direta entre o que uma palavra designa no mundo e a sua forma (ou o seu som). (*idem*, p. 111),

ao arrepio da posição ambígua assumida pelo Sócrates desenhado por Platão naquele diálogo aporético.

O capítulo nono traz bom epítome das lições fundamentais de Chomsky com seus *Princípios e Parâmetros* (*idem*, p. 129-30), relativamente a cuja crítica saliento a consideração, talvez consensual, de que “a língua permite sujeito vazio” (*idem*, p. 131), donde falamos mesmo de “*orações sem sujeito*” (*idem*, p. 136): “(...) O *it* em (...) [“It is raining.” (*idem*, p. 130)] é chamado de *expletivo*: é só material sonoro para preencher um espaço na estrutura, pois a língua não permite deixá-lo vazio (...)” (*idem*, p. 130). De fato, com muita graça às vezes classificamos o sujeito da oração

chove

como sujeito inexistente, um sujeito que inexistente mas pode ser classificado, embora a formulação inglesa e a francesa exijam expressão de pronomes, preenchendo-se o “espaço” do sujeito. Ora, “a língua não permite deixá-lo vazio” não por capricho da língua, mas porque **não** é “só material sonoro para preencher um espaço na estrutura”; veja-se que, para formulações como *chove*, há uma entidade que realiza o comportamento natural que lhe compete e somente a ela compete, excetuadas formulações propriamente metafóricas, como

- | *Como uma língua funciona? (resenha)*

choveram elogios sobre a menina,

formulação segundo a qual a entidade não humana que se comporta são os elogios – que, sim, representam uma *entidade*, uma vez *entificados* (costumo dizer *ontologizados*) por nós –, motivo pelo qual fazemos que *com sua expressão* concorde a *expressão do verbo* naquele plural, assim como a expressão

choveu

concorda justamente com a singularidade da entidade natural que se comporta *in absentia* de expressão: é essa ausência relativa ao nível da expressão o que nos constrange a sentir pudor em dizer que “a chuva chove” e que “a neve neva”; não aprendemos a formular assim, exatamente porque aprendemos que não há outra entidade que denotativamente possa chover e que não há outra entidade que denotativamente possa nevar, ao passo que esquecemos, por exemplo, que a expressão do comportamento de “subir” já contém a ideia do comportamento de “ir para cima” e esquecemos que a expressão do comportamento de “descer” já contém a ideia do comportamento de “ir para baixo”, então expressamos

vou subir pra cima

e

vou descer pra baixo

e aí somos “corrigidos”, ainda que muitas vezes tenhamos sido motivados pela intenção de ênfase,

vou subir LÁ em cima

e

vou descer LÁ embaixo,

assim como dizemos

choveu uma chuva torrencial

e

nevaram lindos flocos de neve,

e ninguém nos corrige, pois não há nada a corrigir. Se *uma chuva torrencial* e *lindos flocos de neve* desempenhassem a função de objeto, a tradição gramatical latina falaria de “objeto interno”, e isso traria legitimidade ao fenômeno da “redundância”, que reputo como explicitação de coerência.

Não é qualquer “material sonoro” o que preenche aquele espaço estrutural, porque o “espaço na estrutura” a preencher é um espaço *semântico*; sintomaticamente, o “material sonoro” efetivo para as línguas inglesa e francesa, e potencial para a nossa, corresponde ao *pronome anafórico*, que aí funciona como uma espécie de *dêitico* a apontar para o mundo externo e natural,

isso, aquilo, essa “chuva”, aquela “neve”, this “rain”, celle “neige”,

formalmente, *pronomes pessoais* naquelas línguas,

it, il,

it: the “rain”,

il, “cette chose-là”: la “neige”,

também sintomaticamente, *pronomes pessoais do caso reto* (como se diz em comunidade lusófona), ou seja, **pronomes pessoais do caso do sujeito, caso da entidade que se comporta**, e afirmo que *se comporte sempre*, na chamada *voz ativa* realizando comportamento ativo – *apanhar* pode ser a expressão do *comportamento ativo* de *receber* o comportamento ativo realizado por outrem –, e na chamada *voz passiva* realizando comportamento passivo.

É o mesmo poder anafórico o que afirmo invalidar a hipótese de que “(...) a referência de pronomes como o *ele* (...) deve ser regulada por algum mecanismo codificado em nossos genes (...)” (*idem*, p. 134), tese chomskyana que pretende embasar o fato de que, por exemplo, em nossa formulação vernácula

“Ele disse que o Paulo vai viajar.” (*idem, ibidem*),

“*ele* e *Paulo* não podem se referir à mesma pessoa” (*idem, ibidem*). Ora, nossos genes não sabem a que se refere um pronome como *ele*; o nosso aprendizado de *como uma língua funciona* é o que nos diz que inserir a expressão *o Paulo* depois de já se ter expressado *ele* como referência ao mesmo “Paulo”, um *ele* que aí já exerceu seu poder anafórico retomando a entidade “Paulo” pretendida (ou já exerceu seu poder dêitico apontando para ela), ou seja, inserir toda a expressão designativa *o Paulo* depois de já se ter acionado a sintética expressão pronominal *ele*, então depois de já ter feito atuar o *pro*-nome como tal, seria uma falta de economia que se justificaria somente em sentido jocoso, como fazemos quando nos automeamos simulando referência a nós mesmos, aí reproduzida por outrem.

O capítulo décimo, SIGNIFICADOS: A LÓGICA DA LINGUAGEM (p. 145-60), está, devidamente, subdividido em *Semântica* (p. 146-52) e *Pragmática* (p. 152-60), áreas cuja origem está ali, também devidamente, situada na Lógica e na Filosofia da Linguagem.

O eixo de minha crítica sobre o trabalho de Souza não está nas simplificações nem nas imprecisões que nele possa haver. A inconveniência das imprecisões perde lugar para a conveniência do didatismo e nem sempre tange a questões propriamente linguísticas. Por exemplo, na esteira de indagar “onde está a ‘linguagem humana’, como ela se manifesta?” (*idem*, p. 77), nosso autor atribui à língua a ambiguidade que deve ser atribuída a ela, situando-a nos dois lugares em que ela de fato parece estar, o lugar da cultura e o lugar da natureza: “(...) a língua que falamos **também** é um dado da natureza (...)” (*idem*, p. 24; o negrito é meu); o que lhe esquece, entretanto, é que também nós fazemos parte disto que chamamos “natureza”:

Como a língua é algo que faz parte de nós intrinsecamente, pode ser uma tarefa complicada perceber que, além de ser uma construção cultural, ela é também um artefato da natureza. Afinal, não existe sociedade humana que não fale. (...) (*idem*, p. 77).

Ora, o fato de a língua ser “algo que faz parte de nós intrinsecamente” é bem o que nos ajuda a “perceber que, além de ser uma construção cultural, ela é também um artefato da natureza”, porque também nós somos aí “um artefato”. Por sua vez, é como dado de natureza e igualmente como dado de cultura que se manifesta o fenômeno segundo o qual “não existe sociedade humana que não fale”; não existe agregação *sociocultural* promovida pela *natureza* humana que seja uma agregação desprovida de linguagem e de língua, porque nós somos providos de uma *natureza* que nos faz produzir *cultura*.

As simplificações não resistem a uma apreciação acurada, mas não parecem mesmo pensadas para resistir, dada sua vocação de síntese. Quando, por exemplo, simplesmente se afirma que “(...) para os linguistas o que importa é a fala (...)” (*idem*, p. 50), a intenção é, também simplesmente, contrapor “os linguistas” a “os gramáticos”, que “consideram a escrita literária” (*idem, ibidem*). É nessas aproximações simples, emagrecidas em sua intenção, que se realiza na obra sua vocação maior, que é divulgar a Linguística, tal qual praticada entre nós, exemplificada centralmente em nossa língua e já há muito focalizada no Português brasileiro, assinada por nossos autores, muito embora amplissimamente caudatária do que historicamente se fez e faz nos centros de irradiação cultural europeus e norte-americanos, que produzem teorias sobre a linguagem e sobre as línguas.

Esse é o eixo da crítica que aqui esboço, não verdadeiramente voltada a este trabalho de Souza, que muito bem cumpre sua destinação, mas de fato voltada a todos nós. O presente trabalho de Souza reflete, com propriedade, o que naqueles centros se fez e faz e o que aqui refazemos.

Quanto a nós, não precisamos limitar-nos a re-produzir aquelas mesmas teorias e a re-aplicá-las a nosso vernáculo, por mais que elas nos cheguem já chanceladas com o selo do outrora chamado Primeiro Mundo e por mais que nós as estendamos ao gentílico *brasileiro* adjuntado ao gentílico *português*. Podemos mudar esse jogo sem precisar invertê-lo. Também nós podemos formular teoria, porque podemos pensar metafisicamente sobre Língua. Afinal, não é o *Primeiro Mundo* o primeiro a dizer que *todo o mundo* está mudando?

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ed. bilíngue. Introdução, tradução do Grego para o Italiano e comentários: Giovanni Reale. Tradução do Italiano para o Português: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a.C.].

PERINI, M. A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Parábola, 2013 [2004].

SOUZA, L. M. de. **Como uma língua funciona?: fundamentos (muito básicos) de linguística**. Campinas: Mercado de Letras / ABRALIN, 2021.

COMO CITAR ESTA RESENHA: ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. E, por falar em ciência: resenha crítica de *Como uma língua funciona?*, de Luisandro Mendes de Souza. **Revista do GEL**, v. 19, n. 2, p. 264-278, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

Submetido em: 30/05/2022 | Aceito em: 21/06/2022.
